



DEMOCRACIA SOLIDÁRIA

Valores e princípios

[documento de trabalho]

Portugal está numa situação dramática e os portugueses começam a desanimar.

À semelhança de outros países, as políticas de austeridade não só produziram um enorme desastre social, económico e financeiro como agravaram os problemas estruturais do país. Para além do imoral ataque aos rendimentos de funcionários públicos e pensionistas, para além da degradação criminosa do serviço nacional de saúde e da escola pública, a austeridade está a destroçar as vidas de centenas de milhares de desempregados, a empobrecer a classe média, a fazer emigrar os seus jovens, a delapidar o investimento feito em ciência, a congelar o investimento público e privado e a desprezar a cultura. Portugal empobrece todos os dias e perde recursos indispensáveis ao seu desenvolvimento. Pior ainda, esta política está inscrita nos Tratados da UE que ratificámos e que se tornaram uma armadilha mortal para o país.

A saída desta depressão não será conduzida pelos partidos europeístas que nos governaram, e pelas elites que associaram o desenvolvimento do país à adopção da moeda única, à participação no “pelotão da frente” da UE. Estes partidos aceitaram tranquilamente a perda da nossa soberania, disfarçando-a com a retórica da “soberania partilhada” e da “Europa social”. Na realidade, foram os responsáveis internos pela desindustrialização do país, o subdesenvolvimento da agricultura, florestas e pescas, assim como a desertificação do interior. O dinheiro fácil comprou a submissão do país à globalização sem freios, facilitou o investimento público sem critério, financiou a especulação imobiliária, deixou em roda livre o sistema financeiro e conduziu o país a um dramático endividamento externo. Os partidos que governaram o país foram

cúmplices, por vezes até participantes, do saque dos recursos do Estado. Toleraram a criminalidade económica e fecharam os olhos à pequena e grande corrupção, dentro e fora dos partidos, nas autarquias e no poder central. Enganaram o povo que neles votou. Contribuindo para a desmoralização geral, os analistas que ocupam a comunicação social tentam convencer-nos de que a situação indecente em que o país se encontra não tem alternativa. Dizem-nos que as dívidas estão à frente dos direitos humanos mais básicos.

Apesar da gravidade da crise, é paradoxal que até hoje nenhum partido das esquerdas seja visto pela maioria dos cidadãos como factor de grande esperança. Num tempo deprimente, a oposição não foi além do discurso da resistência. Falta a audácia de uma proposta estratégica que, para ser mobilizadora, teria de dizer-nos como vamos vencer esta crise. Na verdade, o PCP e o BE não são uma alternativa política credível porque os cidadãos, até intuitivamente, percebem que a sua ideologia lhes atribui o papel de vanguarda das forças do progresso, os detentores da boa interpretação da História, conhecedores do caminho que a Humanidade deve trilhar. As rivalidades históricas no seio da esquerda tradicional, assim como o frequente sectarismo da sua prática política, são também fruto de uma ideologia que é obstáculo ao seu crescimento eleitoral.

A recente renovação do discurso do PS, acompanhado de gestos de simpatia para com os dissidentes da esquerda tradicional, também está longe de oferecer a esperança de que Portugal precisa. Prometer o fim da austeridade, a reabilitação do Estado social, a redução do serviço da dívida e a reindustrialização do país numa década, tudo sem pôr em causa a participação na zona euro, constitui um enorme desrespeito à inteligência do povo português. A forte subida da extrema-direita na Europa recorda-nos, à semelhança dos anos trinta do século passado, que a transigência do centro-esquerda com os sistemas monetários que exigem políticas de austeridade não põe fim à crise, antes a agrava empurrando o eleitorado mais desfavorecido para os braços da demagogia carismática.

Chegou a hora de o povo português dizer 'basta!'.

Para encontrar o rumo do desenvolvimento, Portugal precisa de um novo partido que, inspirado na generosidade dos capitães de Abril, se proponha servir o país resgatando a dignidade da acção política. Precisa de um partido que, em nome do interesse público, submeta os interesses dos poderosos. Precisa de um partido que assuma que o trabalho, a moeda e a natureza não são mercadorias e, portanto, devem ser objecto de forte regulação pelo Estado. Precisa de um partido que lidere a revitalização da nossa economia e do nosso Estado de Direito, democrático e social. Precisa de um partido que formule um novo horizonte para Portugal: um país soberano, aberto ao mundo, exigente na sua democracia, profundamente solidário, respeitador do ambiente natural, preocupado com a qualidade de vida dos seus cidadãos.

O povo português não se dá por vencido e não baixará os braços enquanto não recuperar o controlo do seu destino. Para ajudar o país a sair da crise, os cidadãos que se revêm nos valores e princípios enunciados neste documento declaram-se empenhados em construir uma alternativa política portadora de esperança, um novo partido, socialista e euro-crítico, a DEMOCRACIA SOLIDÁRIA (DS).

Princípios orientadores da DS

1. Portugal soberano

1.1 A DS entende que a integração de Portugal na zona euro arrastou o país para uma situação de grave risco e defende a recuperação da plena soberania, no respeito pelo Artigo 1º da Constituição da República Portuguesa: “Portugal é uma República soberana, baseada na dignidade da pessoa humana e na vontade popular e empenhada na construção de uma sociedade livre, justa e solidária.”

1.2 A DS defende que, sem prejuízo da procura de novas formas de cooperação monetária – moedas nacionais ligadas a uma moeda comum –, devemos recusar a tutela da UE sobre a política económica e financeira do país e a forma como a sociedade portuguesa entende organizar-se, o que implica a recuperação da soberania monetária da República Portuguesa.

1.3 A DS deseja contribuir para uma Europa de paz e cooperação entre estados soberanos. Considera que a criação da Zona Euro (ZE), com grandes desequilíbrios de desenvolvimento entre os seus membros, foi um erro trágico que estimula os antagonismos nacionais e empobrece a sua periferia. Sendo a ZE manifestamente insustentável, a DS trabalhará para que seja dissolvida, e apoiará a reformulação dos tratados da UE em conformidade com a sua visão da Europa.

2. Portugal desenvolvido

2.1 A DS propõe-se suspender as políticas de austeridade que devastaram o país desde 2011, anular as medidas mais gravosas, em particular as dirigidas aos funcionários públicos e pensionistas, e dinamizar a procura interna. Consciente das limitações inerentes à transição para um novo modelo de política económica, fará uso de todos os instrumentos ao dispor de um estado soberano, no quadro de um novo relacionamento de Portugal com a Europa, os países de língua portuguesa e o resto do mundo.

2.2 A DS valoriza os mercados, sempre regulados em função do bem comum, assim como outras formas de organização da economia, designadamente a provisão de bens e serviços pela Administração Pública, a produção cooperativa e mutualista, fundações privadas e outras organizações não-governamentais.

2.3 A DS tem presente que o capitalismo se funda na fractura entre aqueles cuja vida depende do salário e aqueles que, através da relação salarial, enriquecem. Por isso, em sintonia com o adquirido histórico e civilizacional, afirma que o trabalho é a parte mais fraca deste modo de produção e dispõe-se a anular a degradação a que a legislação laboral foi sujeita nas últimas décadas. O poder negocial dos sindicatos será reforçado e a contratação colectiva revalorizada.

2.4 A DS considera que a promoção do pleno emprego e a redução da desigualdade na distribuição do rendimento são objectivos centrais da política económica. Entende que a política monetária deve cooperar com a política orçamental na prossecução daqueles objectivos e defende um controlo eficaz do endividamento externo do país e a revisão da lei de enquadramento orçamental para regular o financiamento pelo Banco de Portugal de défices orçamentais não-inflacionistas.

2.5 Contra a sociedade consumista, a DS defende a revisão da legislação sobre horários de abertura do comércio. Defende também horários de trabalho compatíveis com uma vida familiar saudável, a participação cívica, a actividade cultural e o lazer. Para tal, advoga o reforço da inspecção das condições do trabalho e um combate eficaz ao assédio e outros abusos sobre os trabalhadores.

2.6 A DS defende a intervenção estratégica do Estado na economia. Isto significa uma articulação das suas políticas macroeconómicas, comercial, industrial, sectorial e regional, no quadro de uma estratégia para o desenvolvimento, a construir com os actores sociais relevantes. Esta estratégia implica uma adequada gestão da abertura da economia ao comércio e ao investimento estrangeiro, assim como um controlo apertado, ou mesmo a proibição, de movimentos de capitais especulativos. A actividade bancária será objecto de legislação específica com o objectivo de a colocar ao serviço da sociedade, quer através da delimitação das operações da banca privada, quer através de fórmulas institucionais inovadoras que preservem os bancos públicos dos efeitos nocivos da sua partidarização. Também defende a nacionalização de monopólios e empresas que prestam serviços de interesse económico geral, como sejam a energia, água, caminhos de ferro, transportes urbanos, correio.

2.7 A DS atribui elevada prioridade à promoção da economia social, em articulação com as políticas nacionais de emprego e as políticas de desenvolvimento regional e local.

3. Portugal democrático

3.1 A DS inspira-se nas lutas da Humanidade contra todas as injustiças, em particular as lutas dos trabalhadores contra a exploração do capitalismo. Tendo em vista a expansão da democracia e a transformação progressiva do capitalismo português, a DS defende a participação dos trabalhadores na gestão das empresas capitalistas e nas restantes organizações, públicas ou privadas.

3.2 A DS inspira-se nos ideais do socialismo, entendido este como um processo histórico de alargamento e aprofundamento da democracia, de submissão da economia aos interesses da sociedade e da prevalência do interesse público sobre interesses particulares. Considera que são elementos essenciais deste processo o confronto

democrático de projectos políticos em eleições livres e justas, a participação cívica alargada, o debate com os interessados e a maior transparência possível nos processos de deliberação do Estado.

3.3 A DS defende um Estado democrático forte, regionalmente descentralizado, dotado de uma administração estável, tecnicamente competente, despartidarizada e norteada pelos valores do serviço público.

3.4 A DS propõe-se prevenir e combater a corrupção por todos os meios legítimos. Por isso, entende que agilização da justiça e o reforço dos meios de investigação do Ministério Público são parte importante do seu programa político visando a regeneração da democracia portuguesa.

3.5 A DS afirma o contributo central dos partidos políticos para a continuidade e estabilidade do regime democrático. Entende que, enquanto representantes do povo, os partidos políticos constituem o instrumento mais adequado para a organização da deliberação política na larga maioria dos assuntos de interesse colectivo.

3.6 A DS entende que a qualidade da deliberação democrática no seio dos partidos é vital para a democracia. Por isso, defende o exercício de uma pressão externa que limite a cristalização de oligarquias partidárias, em particular através de uma revisão da lei eleitoral que permita ao eleitor hierarquizar os nomes dos candidatos, e também a possibilidade de candidaturas de movimentos sociais com regulamentação própria.

3.7 A DS afirma a sua vontade de contribuir para a governabilidade do país e, em função dos resultados das eleições, dispõe-se a avaliar a oportunidade de realizar acordos políticos de diferente natureza, desde que não ponham em causa a sua identidade política e as legítimas expectativas do seu eleitorado.

4. Portugal solidário

4.1 A DS defende um Estado social forte, e entende que a sua protecção e desenvolvimento exige a integração das políticas públicas em quatro domínios essenciais: segurança social, serviços públicos, regulação das relações de trabalho e políticas económicas.

4.2 A DS entende que, através do Estado social, o Estado de Direito democrático promove a justiça e a solidariedade, ao mesmo tempo que trava a corrosão da vida

pública pela indevida extensão da lógica mercantil. Entende também que o respeito pelos direitos sociais é incompatível com a exigência de condição de recursos, justificando-se esta apenas em políticas de assistência social.

4.3 A DS defende que os serviços sociais prestados pelo Estado, segundo as necessidades de cada um, devem ser universais e gratuitos no momento da prestação. Por outro lado, entende que o seu financiamento deve ser feito através do orçamento do Estado com recurso a impostos fortemente progressivos.

4.4 A DS entende que a alternativa a um serviço público mal gerido é a responsabilização dos seus dirigentes e a reforma da sua gestão, e não a abertura de um negócio sem risco para o sector privado à custa dos recursos públicos. A gestão dos serviços públicos deve, sempre que possível, prever a participação dos seus funcionários e dos representantes dos utentes.

4.5 A DS rejeita a aplicação, nos serviços públicos, de modelos de organização e gestão que acriticamente mimetizam a gestão empresarial visando o lucro, em particular nos serviços de educação e saúde onde a dimensão «cuidar do outro» é primordial.

4.6 A DS defende um Estado social ao serviço do desenvolvimento das capacidades de cada pessoa e da criação de amplas oportunidades de realização para todos. A DS sabe que uma sociedade mais igualitária é mais saudável, mais segura, mais próspera e mais feliz. Por isso, defende políticas de redução sustentada da pobreza e uma redução drástica das desigualdades, desde logo na repartição primária do rendimento. Por isso, além do salário mínimo, também defende a existência de uma remuneração máxima.

4.7 A DS defende o modelo original da segurança social, a solidariedade laboral, e o seu objectivo central, a manutenção do nível de vida dos pensionistas. Por isso, repudia os modelos que desvinculam as pensões dos últimos salários. Afirma também que o sistema público de pensões por repartição é viável num Estado social que visa o pleno emprego. A DS propõe-se anular os cortes nas pensões executados desde 2011 e travar a redução das pensões inscrita na reforma da Segurança Social de 2007.

Portugal corre o sério risco de se converter em região-autónoma de uma UE germanizada, um território ainda mais periférico, pobre e desertificado. Para evitar esse destino, sabemos que não basta mendigar em Bruxelas e Berlim uma austeridade suave, exigir a renegociação da dívida, muito menos promover a dissolução do país a pretexto da construção de uma Europa federal. Recusando a desculpa paralisante de que somos pequenos e esta globalização é o fim da História, a DS propõe aos portugueses uma alternativa ambiciosa: recuperar a soberania da República para, trilhando os caminhos exigentes da democracia e da solidariedade, fazer de Portugal um país desenvolvido. Importa dizer com clareza: a recuperação da soberania monetária é apenas uma condição necessária à sobrevivência do país, mas não é condição suficiente. Também não será com meias verdades que mobilizaremos os cidadãos para enfrentar as dificuldades de um novo caminho sem tutela estrangeira.

Com mais velhos e mais novos de mãos dadas, honrando os portugueses que ao longo de séculos deram a vida por este país, trabalharemos por um futuro mais livre, mais justo e mais solidário para Portugal.

VIVA PORTUGAL !